

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO
DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA BIC
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissor,

(a) **BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Canuto Aguiar, n.º 1.220, sala A, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 69.720.910/0001-45, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissor"),

e, de outro lado, como agente fiduciário,

(b) **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.** com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.900 – 10º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 3ª emissão pública de debêntures do Emissor ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

sendo o Emissor e/o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes" e, individualmente e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, em Série Única, da BIC Arrendamento Mercantil S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), contendo as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização das Assembléias Gerais Extraordinárias do Emissor realizadas em 10 e 18 junho de 2008 ("AGEs"), bem como de acordo com a Reunião do Conselho de Administração do Emissor realizada em 27 de junho de 2008 ("RCA"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A Emissão das Debêntures será realizada em observância aos seguintes requisitos:



2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A distribuição pública das Debêntures ("Oferta") será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM n.º 400"), da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Ceará e Publicação das Atas das AGEs e da RCA

As atas das AGEs e da RCA serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC ("JUCEC"), nos termos da legislação em vigor, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "O Povo", nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEC, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Oferta será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de concessão do registro da Oferta pela CVM, em atendimento ao "Código de Auto-Regulação ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário, por meio do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA"), sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP, e (b) negociação no mercado secundário, por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CETIP.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social do Emissor



De acordo com o seu Estatuto Social, o Emissor tem por objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil, com o tratamento tributário previsto na legislação específica, de bens móveis e imóveis, de produção nacional, adquiridos de terceiros para uso da arrendatária em sua atividade econômica.

3.2. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"), observado o disposto no item 3.3.2. abaixo.

3.3.2. De acordo com as condições de mercado e da demanda, pelos investidores, para aquisição das Debêntures, à época da realização da colocação das Debêntures, a Emissão (i) poderá ser aumentada por lote suplementar, a critério da instituição financeira coordenadora da Emissão ("Coordenador"), equivalente a até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 24, da Instrução da CVM n.º 400 ("Lote Suplementar") e (ii) poderá ser aumentada, a exclusivo critério do Emissor, em montante que corresponda a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, nos termos do artigo 14, da Instrução da CVM n.º 400 ("Quantidade Adicional"). Sem prejuízo do disposto nos itens 3.3.2.1. e 3.3.2.2. abaixo, quaisquer Debêntures objeto de Lote Suplementar e/ou Quantidade Adicional serão colocadas observados os procedimentos aplicáveis às demais Debêntures objeto da Emissão.

3.3.2.1. Conforme estipulado no Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 3ª Emissão da Bic Arrendamento Mercantil S.A. ("Contrato de Distribuição"), caso o Coordenador decida exercer a opção por Lote Suplementar, deverá previamente enviar comunicação, por escrito, ao Emissor neste sentido, a qual decidirá, em comum acordo com o Coordenador, sobre a conveniência da opção pelo Lote Suplementar. As Debêntures objeto do Lote Suplementar serão colocadas sob regime de melhores esforços de colocação.

3.3.2.2. Caso o Emissor decida exercer sua opção de emitir uma Quantidade Adicional de Debêntures, o Coordenador realizará a colocação das Debêntures objeto da Quantidade Adicional sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição.



Handwritten signatures and a circular stamp of DICON SOCIETARIO.

3.3.2.3. Caso seja decidido o exercício do Lote Suplementar e/ou da Quantidade Adicional, o Conselho de Administração do Emissor ratificará tal procedimento e a presente Escritura de Emissão será aditada.

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

3.5. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados no financiamento dos investimentos da Companhia na ampliação de seu volume de operações.

3.6. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures do Emissor para distribuição pública.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador da Emissão será o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 - Torre Itáúsa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.8. Limite Legal

Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

3.9. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES



4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do SDT, operacionalizado pela CETIP, mediante observância do Plano de Distribuição (conforme abaixo definido) descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão distribuídas publicamente aos investidores em geral, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos. O Coordenador, com expressa anuência do Emissor, organizará a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica ("Plano de Distribuição").

4.1.3. A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, limitada a colocação de um montante mínimo de 10.000 (dez mil) Debêntures, equivalentes a R\$100.000.000,00 (cem milhões de Reais), sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Emissor ("Montante Mínimo"). O Coordenador não será responsável pela subscrição e integralização das Debêntures que não sejam subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta.

4.1.3.1. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM n.º 400/03.

4.1.3.2. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nas linhas (i) ou (ii) do item 4.1.3.1 acima, ou na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta receberão do Emissor os montantes utilizados na integralização de Debêntures, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pelo Emissor aos referidos investidores.

4.1.4. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta.

4.2. Data de Emissão das Debêntures



Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de julho de 2008 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações do Emissor.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Banco Mandatário. Adicionalmente, será expedido pelo SND o "Relatório de Posição de Ativos" acompanhado de extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia das Debêntures quando depositadas no SND.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização


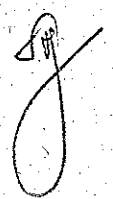


4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de julho de 2010 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, o Emissor obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida.





4.8. Amortização Programada

Não haverá amortização programada do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração.

4.9. Remuneração

4.9.1. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário equivalente à acumulação de 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, ("Taxa DI") calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão, ou a data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

- J** Valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devida na Data de Vencimento das Debêntures;
- VNe** Valor Nominal Unitário da Debênture na Data de Emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma::

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

- n** Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo "n" um número inteiro;



[Handwritten signatures]



[Handwritten signatures]

p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente a 115,00 (cento e quinze);

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k 1, 2, ..., n.

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

1) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

2) Efetua-se o produtivo dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

3) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.1.1. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.



4.9.1.2. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Emissor quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.1.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.1.4. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, conforme referido acima, será convocada pelo Agente Fiduciário Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do evento que der causa à convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar, de comum acordo com o Emissor, a nova taxa de juros referencial da Remuneração, devendo as Debêntures ser remuneradas nos mesmos níveis anteriores. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre o Emissor e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, o Emissor optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se o Emissor a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) o Emissor deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata tempore*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. As Debêntures adquiridas nos termos deste item (i) serão canceladas pelo Emissor. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) o Emissor deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pelo Emissor, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures pelo Emissor (a) todos os Debenturistas receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração definida



[Handwritten signature]



pelos Debenturistas e apresentada ao Emissor na referida Assembleia Geral de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.9.2. A Remuneração será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo que o pagamento da Remuneração será realizado no dia 1º dos meses de julho e janeiro de cada ano (cada data de pagamento da Remuneração, uma "Data de Pagamento de Remuneração"). A primeira Data de Pagamento de Remuneração será o dia 1º de janeiro de 2009 e a última será a Data de Vencimento.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.11. Resgate Antecipado

Não haverá possibilidade de resgate antecipado.

4.12. Aquisição Facultativa

O Emissor poderá, a qualquer tempo, até a Data de Vencimento, adquirir as debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no art. 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pelo Emissor poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria do Emissor, ou ser novamente colocadas no mercado.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pelo Emissor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata tempore*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento, pelo Emissor, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados de seu vencimento;



- CONFIDENTIAL**
- (b) descumprimento, pelo Emissor ou de sua controladora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias da comunicação do referido descumprimento: (a) pelo Emissor ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro ao Emissor, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
 - (c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pelo Emissor nos documentos relacionados à Emissão;
 - (d) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido ou decretação de intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central do Brasil, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência do Emissor, ou de qualquer de seus acionistas controladores;
 - (e) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso o Emissor esteja em mora com qualquer de suas obrigações a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (f) transformação do Emissor em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (g) não cumprimento de qualquer decisão final e irreversível contra o Emissor ou qualquer de seus acionistas controladores, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Emissor, o que for maior, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
 - (h) realização de redução de capital social do Emissor com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures;
 - (i) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas ao Emissor ou qualquer de seus acionistas controladores, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$



6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Emissor, o que for maior;

- (j) protesto de títulos contra o Emissor ou qualquer de seus acionistas controladores em valor individual ou agregado superior a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) ou 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Emissor, o que for maior, por cujo pagamento ao Emissor ou qualquer de acionistas controladores seja responsável, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pelo Emissor que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto for cancelado, ou ainda, (iii) forem prestadas garantias em juízo;
- (k) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pelo Emissor das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (l) alteração no controle acionário, direto ou indireto, do Emissor, sem que tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim; e
- (m) ocorrência de incorporação do Emissor por quaisquer terceiros, e/ou realização pelo Emissor, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo o Emissor que não tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em assembléia especialmente convocada para esse fim.

4.13.1.1. Os eventos a que se referem os subitens (a), (b), (g) e (j) acima somente serão considerados eventos de vencimento antecipado para os fins desta Escritura de Emissão, ensejando a adoção dos procedimentos descritos nos itens 4.13.2. e 4.13.3. abaixo, após o final do prazo neles referidos.

4.13.1.2. O valor de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) a que se referem os itens (g), (i) e (j) não será reajustado ou corrigido.

4.13.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (a), (d), (e), (f), (g), (i) e (j) do item 4.13.1. acima, a Data de Vencimento Antecipado das Debêntures será a data em que ocorrer quaisquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; ou (ii) ocorrendo os demais eventos previstos nas alíneas do item 4.13.1. acima, a



Quora

Data de Vencimento Antecipado das Debêntures será a data em que se realizar a Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.13.3. abaixo se tal Assembléia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos no item 4.13.1. acima, com exceção dos eventos previstos nas alíneas (a), (d), (e), (f), (g), (i) e (j) do item 4.13.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for constatada ocorrência do referido evento ou do fim do período de cura, conforme o caso, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.4. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.3. acima, que será instalada observadas as disposições da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.3. acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.13.4. acima por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, o Emissor obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pelo Emissor nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário ao Emissor, a qual será encaminhada em até 2 (dois) dias contados da Data de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo.

4.13.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.13.4. acima serão obrigatoriamente canceladas pelo Emissor.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pelo Emissor, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, inclusive a Remuneração prevista no item 4.9., os débitos em atraso



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

DUCEN

vencidos e não pagos pelo Emissor, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pelo Emissor, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pelo Emissor, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável do Emissor, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "O Povo", utilizados pelo Emissor para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.





Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DO EMISSOR

5.1. O Emissor está adicionalmente obrigado a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo 90 (noventa) dias após o encerramento de cada Exercício Social, cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, acompanhados de parecer dos auditores independentes, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como declaração atestando o cumprimento das obrigações do Emissor dispostas na presente Escritura de Emissão;
- (ii) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;
- (v) avisos aos titulares de Debêntures, editais de convocação de Assembleias, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério do Emissor, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;



11055

- (vii) todos os demais documentos e informações que o Emissor, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios do Emissor que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pelo Emissor, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pelo Emissor à CVM não mais reflitam a real condição financeira do Emissor;
- (j) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes;



- Unipar**
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
 - (l) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
 - (m) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário no SND; e
 - (n) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência de *rating* que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de avaliação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade pelo menos anual; e
 - (o) dar ampla divulgação ao mercado para cada atualização do relatório da agência de *rating* referido na alínea (n) acima e encaminhar o relatório imediatamente à CVM, à CETIP e ao Agente Fiduciário; e
 - (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1.(p). acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pelo Emissor em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e



- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma do item 5.1.(p) desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida do Emissor e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.2.2 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pelo Emissor. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de o Emissor permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos titulares de Debêntures para cobertura do risco de sucumbência.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. O Emissor nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ele, Emissor, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;



[Handwritten signature]



PLANET

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28");
- (g) não tem qualquer ligação com o Emissor que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832/90, conforme alterada pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.830/01; e
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a quitação integral das Debêntures pelo Emissor ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pelo Emissor ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas trimestrais de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) ("Remuneração do Agente Fiduciário"), a serem pagas nos termos do item 6.4.1. abaixo.

6.4.1. A primeira parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário será paga pelo Emissor 5 (cinco) dias após a assinatura da Escritura de Emissão e as parcelas subsequentes deverão ser pagas trimestralmente pelo Emissor, na data correspondente à data da assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que o valor da última parcela referente à Remuneração do Agente Fiduciário deverá ser calculado *pro rata die* até a data do seu efetivo pagamento. Em caso de mora no pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa e juros de mora, na forma estabelecida no item 4.14. desta Escritura de Emissão.



2005

6.4.2. O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança referente à Remuneração do Agente Fiduciário ao Emissor com antecedência mínima de 20 (vinte) dias contados da data do respectivo pagamento. Na hipótese do Emissor não receber referido aviso dentro do prazo acima referido, eventuais débitos em atraso não estarão sujeitos a quaisquer multas e/ou juros de mora, inclusive aqueles previstos no item 4.14. desta Escritura de Emissão.

6.4.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, a Remuneração do Agente Fiduciário será calculada *pro rata temporis* referente ao período da efetiva prestação dos serviços, devendo o Agente Fiduciário restituir ao Emissor eventual diferença entre o valor da Remuneração do Agente Fiduciário recebida e aquela calculada nos termos deste item 6.4.3.

6.4.4. A Remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) Imposto sobre Serviços e Qualquer Natureza – ISS, (ii) Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e (iv) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, devendo ser aplicadas as alíquotas vigentes em cada data de pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário será responsável por discriminar os tributos e respectivos valores incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário na ocasião da apresentação do respectivo aviso de cobrança.

6.4.5. A Remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

6.4.6. Não estão incluídas na Remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



JUCEC

- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso o Emissor não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEC, hipótese em que o Emissor deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede do Emissor;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que de forma fundamentada, auditoria extraordinária no Emissor;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais o Emissor deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais do Emissor, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pelo Emissor ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pelo Emissor;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

JUEBO

- c. comentários sobre as demonstrações financeiras do Emissor, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pelo Emissor nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - g. resgates, amortizações, repactuação e/ou pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pelo Emissor;
 - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores do Emissor; e
 - i. relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures no prazo máximo de 4 (quatro) meses contados do encerramento de cada Exercício Social do Emissor. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede do Emissor;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede do Coordenador.
- (m) publicar, às expensas do Emissor, nos órgãos de imprensa em que o Emissor deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



JUCEC

- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto ao Emissor, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pelo Emissor de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (r) certificar-se que o Emissor mantenha anualmente atualizado e, amplamente divulgado, o relatório de avaliação de *rating*, nos termos do item 5.1.(n) acima, encaminhando as atualizações do referido relatório de avaliação à ANBID, no prazo de 15 (quinze) dias contados da sua veiculação.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.12., o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra o Emissor para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária do Emissor prevista nesta Escritura de Emissão, observados os respectivos períodos de cura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a intervenção ou liquidação extrajudicial do Emissor;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de (i) falência ou procedimento similar, e (ii) intervenção ou liquidação extrajudicial do Emissor.



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JUCEC

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (d) acima caso a Assembléia Geral de Debenturistas realizada nos termos do item 4.13.3. acima assim o autorizar.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão; a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pelo Emissor, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá ao Emissor efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato ao Emissor e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre o Emissor e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEC junto com a presente.



DUCE

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pelo Emissor, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, ao Emissor, ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas pela maioria dos presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures, excetuada a hipótese de que trata o item 4.9.1.4. acima, ou às datas de pagamento da Remuneração, (ii) ao prazo de vencimento das Debêntures e/ou (iii) aos eventos de vencimento antecipado previstos no item 4.13. desta Escritura de Emissão, excetuada a hipótese de que trata o item 4.13.4. acima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.



Handwritten signature.



Handwritten signature.

Handwritten signature.

DUCE

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais do Emissor nas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DO EMISSOR

8.1. O Emissor neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade de arrendamento mercantil devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (a) seu Estatuto Social; (b) qualquer contrato ou documento no qual o Emissor seja parte ou por quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem do Emissor ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (c) qualquer lei, decreto ou regulamento a que o Emissor ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam



Handwritten signatures of the legal representatives of the issuer.



70000000

sujeitos; ou (d) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Emissor ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (e) o Emissor tem todas as autorizações e/ou licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) o Emissor está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto conforme descrito no Prospecto (conforme definido no item (h) abaixo). O Emissor está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras do Emissor datadas de 31 de dezembro de 2005, 2006 e 2007, assim como as Informações Trimestrais do Emissor relativas a 31 de março de 2007 e 2008, representam corretamente a posição financeira do Emissor naquela data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências do Emissor de forma consolidada;
- (h) O Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de disponibilização, todas as informações relevantes em relação ao Emissor, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades do Emissor, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Prospecto em relação ao Emissor e à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;



WUOL

- (j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante no Emissor, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade do Emissor de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre ele e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins previstos no item 3.5. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Emissor, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade do Emissor, em observância ao princípio da boa-fé.

8.1.1. O Emissor obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos do item 8.1. acima.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1. acima, o Emissor obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços;

Para o Emissor:



3000

BIC Arrendamento Mercantil S.A.

Avenida Paulista, 1.048, 13º andar - Bela Vista
CEP 01014-100 - São Paulo - SP
At.: Sr. Vicente Rimoli Neto
Telefone: (11) 2173-9222
Fac-símile: (11) 2173-9579
Correio Eletrônico: vicente.neto@bicbanco.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 – 10º andar – Itaim Bibi
CEP 04538-132 – São Paulo - SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fac-símile: (11) 3078-7264
Correio Eletrônico: fiduciario@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Itaú S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707
São Paulo – SP
At.: Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-1317
Fac-símile: (11) 5029-1917
Correio Eletrônico: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br

Para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar
01009-905 - São Paulo – SP
At.: Sra. Anna Maria Bergamo
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações do Emissor, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelo Emissor nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão o Emissor, o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

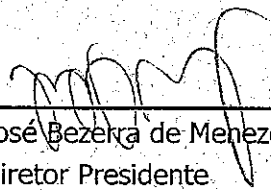
São Paulo, 27 de junho de 2008.

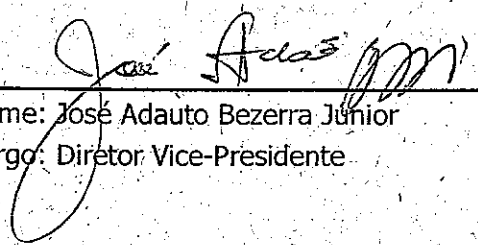


BIC AR

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, em Série Única, da BIC Arrendamento Mercantil S.A., celebrado em 27 de junho de 2008.

BIC ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.


Nome: José Bezerra de Menezes
Cargo: Diretor Presidente


Nome: José Adauto Bezerra Junior
Cargo: Diretor Vice-Presidente



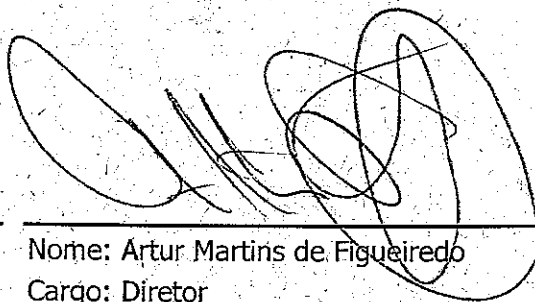
JUCEC

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, em Série Única, da BIC Arrendamento Mercantil S.A., celebrado em 27 de junho de 2008.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

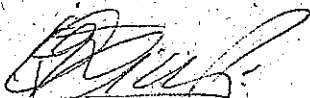


Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora

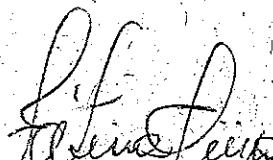


Nome: Artur Martins de Figueiredo
Cargo: Diretor

Testemunhas:



Nome: Tatiana Lima
RG: 32.493.835-4
CPF: 170.713.208-08



Nome: Fátima Pereira Vieira
RG: 92002118990-SSP-CE
CPF: 193.132.253-87

